



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CEILÂNDIA
TERAPIA OCUPACIONAL

LETÍCIA ALCÂNTARA RIBEIRO

A PERCEPÇÃO DE MÃES SOBRE AS CONDIÇÕES SOCIAIS E O
DESENVOLVIMENTO DE SEUS FILHOS NO TERRITÓRIO DO SOL
NASCENTE, CEILÂNDIA-DF

Brasília
2014

LETÍCIA ALCÂNTARA RIBEIRO

A PERCEPÇÃO DE MÃES SOBRE AS CONDIÇÕES SOCIAIS E O
DESENVOLVIMENTO DE SEUS FILHOS NO TERRITÓRIO DO
SOL NASCENTE, CEILÂNDIA-DF

Artigo acadêmico apresentado ao Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da Faculdade de Ceilândia – Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do título de bacharel em Terapia Ocupacional.

Orientador: Prof^o Ms. Rafael Garcia Barreiro

Brasília

2014

Letícia Alcântara Ribeiro

**A PERCEPÇÃO DE MÃES SOBRE AS CONDIÇÕES SOCIAIS
E O DESENVOLVIMENTO DE SEUS FILHOS NO
TERRITÓRIO DO SOL NASCENTE, CEILÂNDIA-DF**

BANCA EXAMINADORA

Prof^o Ms. Rafael Garcia Barreiro

(Orientador – Membro Interno – Terapia Ocupacional UnB - FCE)

Prof^a Ms. Josenaide Engracia dos Santos

(Membro Interno – Terapia Ocupacional UnB - FCE)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me abençoado nesta jornada e me fortalecido a cada dia.

À minha família, por todo o apoio a cada momento da minha graduação.

Ao Thiago, a pessoa que mais escutou minhas aflições e sempre estava disposto a me consolar.

Ao meu sábio orientador, Professor Rafael Garcia, por acreditar em mim, por toda a inspiração e compartilhamento dos seus conhecimentos durante esta caminhada.

À Professora Josenaide, por proporcionar as oportunidades para esta pesquisa.

A toda comunidade do Sol Nascente, por toda a colaboração. Em destaque a grande mulher, guerreira e batalhadora, pessoa que tanto admiro, a líder comunitária do território, que tanto contribuiu para a realização deste trabalho.

Aos meus amigos de graduação, companheiros de uma longa caminhada. Em especial ao meu grande amigo Magno, por juntos construirmos novas ideias e pensamentos, e a Isabela, pelo importante auxílio durante a produção deste estudo.

Agradeço também a Universidade de Brasília- Faculdade de Ceilândia, por possui uma equipe a qual enriqueceu meus conhecimentos e colaboraram com a minha formação.

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo entender, por meio de uma roda de conversa, a percepção das mães sobre o desenvolvimento de crianças partindo de uma visão do território e das condições sociais vividas no Sol Nascente. Participam desta pesquisa, cinco mães que contribuíram para discussão a partir de um roteiro semiestruturado com temas norteadores. Verificou-se que existem diversas questões ligadas ao território de estudo que acarretam no desenvolvimento das crianças habitantes do local. Encontram-se limitações quanto à liberdade do público alvo no ambiente e situações existentes que influenciam o desenvolvimento dos filhos das participantes. É fundamental a desconstrução de conceitos pré-estabelecidos quanto a uma visão social e a construção de um novo olhar para futuro dessas crianças e jovens.

Palavras-chaves: mães, condições sociais, território.

ABSTRACT

The present study aimed to understand, among a conversation group, the perception of mothers about children's development starting from the view of the territory and social conditions experienced in Sol Nascente. This research gathered five mothers who contributed to a discussion from a semistructured script with guiding themes. It was found several issues related to the territory of study that results in the development of children at the local inhabitants. There are limitations on the freedom of the target audience in the environment and situations which influence the development of the participant's children. It's essential that the deconstruction of pre-established concepts as a social vision and a formation of a new view to the future of these kids and young people.

Keywords: mothers, social, territory.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. METODOLOGIA	13
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO	16
4. CONCLUSÃO	25
5. REFERENCIAS	26
APÊNDICE A	29
APÊNDICE A (entrevista)	30

1. INTRODUÇÃO

O Brasil apresentou melhora no seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), em 2013, fazendo parte do grupo de países com o alto nível de IDH, segundo o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2014, lançado pelo **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento** – PNUD neste ano (PNUD, 2014). Isso retrata o crescimento socioeconômico do país e a qualidade de vida de sua população, dados avaliados pela renda, expectativa de vida, índice de escolaridade entre outros. O país também é a sétima economia do mundo, isso leva a pensar que o Brasil tem uma renda per capita razoavelmente suficiente para suprir os gastos e demandas que sua população exige. Entretanto, é difícil pensar como um país que possui um alto índice econômico possa ocupar o 10º lugar no ranking de desigualdade mundial (IBGE, 2013). O Brasil tem uma das piores posições em má distribuição de renda, o que traz por consequência um aumento da desigualdade social, gerando uma série de fatores subsequentes que acarretam na divisão de classes sociais e indiferenças de convivência.

Pelo início dos anos 50, no Brasil, o sistema de reconhecimento do nível socioeconômico da população do país é denominado como “Classe Social” (BRASIL, 2014). As classes sociais são representadas a partir de critérios estabelecidos pela Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa – ABEP. As classes eram definidas em A (muito rico), B (rico), C (classe média), D (pobre) e E (muito pobre). Hoje, existe uma nova proposta a ser adotada nesse sistema de classificação que será reestruturado e validado a partir de 2015 (devido a nova ordem econômica que existe no Brasil, a partir dos programas de transferência de renda e de desenvolvimento social, trazendo um novo poder de compra e crédito as classes mais desfavorecidas, exigindo a reestruturação de uma nova classificação de classes). A nova divisão dos indivíduos da sociedade é feita basicamente pela renda baseada no total dos ganhos de todos os membros de uma residência. Já se consideram em pesquisas recentes as novas divisões de classes, ou seja, de acordo com a ABEP (2008), por exemplo, a classe C tem-se 43%, isso significa que a maioria da população brasileira é da classe média. Já 25% das pessoas residentes no Brasil são da classe D, que também é chamada de “classe média baixa” e encontra-se um número considerado pequeno, de 3% que são classificadas como pertencentes à classe E, as pessoas mais pobres. (BRASIL, 2008). O Estado age decorrente aos dados, para intervir efetivamente sobre a porcentagem da população que se encontra na

linha da pobreza, traz benefícios sociais e faz com que os indivíduos façam parte do estado, de forma democrática, estabelecendo uma relação de cidadania.

Nos últimos anos, surgiram inúmeros programas sociais a fim de gerar resultados positivos, visando transformar o Brasil em um país sem miséria, promover a inclusão social e diminuir a desigualdade de classes. A população beneficiada pelos programas são famílias que vivem em estado de pobreza, com o intuito de resolver as injustiças ocupacionais, visando solucionar as principais necessidades e principalmente criar novas possibilidades de dignidade e acesso a direitos fundamentais. (DISTRITO FEDERAL, 2014)

O Estado antes adotava uma política neoliberal, onde oferecia o mínimo para a população, o que diminuía sua responsabilidade de Estado ao povo. Hoje, se configura em uma vertente democrática, estabelecendo regras de cidadania. Com as políticas liberais, o Estado foi concebido a função de garantir direitos individuais, sem interferência da vida pública e econômica da população (HOFLING, 2001). A construção da democracia trouxe desafios enquanto sociedade. Pode-se pensar que foi algo construtivo, pois coloca a sociedade como portadores de direitos legítimos, através da participação nos espaços públicos e a consolidação de uma cultura de direitos (GRUPO, 1999).

Segundo Santos (2009), o direito social está intrínseco no ser humano desde seu nascimento, o estado pela sua configuração dispõe de assumir uma responsabilidade, dando a seus habitantes o direito à moradia, à educação, à saúde, à comida, à proteção, à justiça, à liberdade, ao trabalho, dentre outros, configurando-o como um cidadão. O respeito ao indivíduo é consagrado pela cidadania: “A cidadania é uma lei da sociedade que, sem distinção, atinge a todos e investe cada qual com a força de se ver respeitado em qualquer circunstância” (SANTOS, 2009, p.82). É por intermédio da cidadania, que o indivíduo compreende o que é ser cidadão e sem dúvidas, passa a fazer parte de sua cultura e de seus valores que está sujeita a retrocessos e avanços, não sendo um aspecto mutável, podendo sofrer recorrentes mudanças a partir das situações vividas por cada um (SANTOS, 2013).

As ações do Estado ocorrem perante suas preferências, no entanto, nem sempre colocam como prioridade as necessidades do cidadão, isto é, nem sempre coincide com a sociedade civil. Apesar da evolução da cidadania em vários países, as grandes crises econômicas vividas, trouxe um retrocesso de conquistas de direitos e políticas (SANTOS, 2013), por exemplo, as políticas adotadas nos anos 90 no Brasil, com ideais neoliberais, produzindo a redução de direitos universais, que vinham sendo reconhecidas como políticas públicas, além de também reduzir a inserção individual no mercado e ao consumo, noção de participação

social dos indivíduos e aquela transferência das obrigações sociais do Estado para a sociedade.

Acredita-se que o planejamento e o desenvolvimento de ações sociais direcionadas para famílias em vulnerabilidade social possa ser a forma de compensar e compreender as condições de vida da população.

O conceito de vulnerabilidade social tem sido discutido por vários autores como um importante direcionador as novas práticas de Terapia Ocupacional. Para Tedesco e Liberman (2008), as ideias de incapacidade, a falta de recursos e a perda de autonomia são propriedades das populações ou grupos vulneráveis. As autoras afirmam que a “Vulnerabilidade Social” avalia o contato com as informações, o acesso aos meios de comunicação, a disponibilidade de recursos cognitivos e materiais, o poder de participar de decisões políticas e em instituições.

São inúmeros os fatores que influenciam a chegada de um contexto social vulnerável. Esse estado é gerado pela extrema desigualdade, a migração para grandes centros urbanos, moradia precária, até mesmo o histórico de formação familiar sustentado pela precarização do trabalho o que induz por muitas vezes a rupturas da participação social e implicações sócio-familiar (BARROS; LOPES; GALHEIGO, 2007).

Os grupos sociais, de acordo com Castel (1994) estão determinados entre o trabalho e a inserção relacional, o trabalho se configura como fonte econômica, psicológica, cultural e de grande significado na estruturação de sua personalidade e construção de imagem. O mesmo para a inserção relacional, pois também pode determinar a forma existencial do sujeito (GONTIJO, 2009). A criança faz parte de um grupo social que não trabalha perante a normativa da sociedade capitalista ocidental, por isso depende de sua sobrevivência até sua formação de terceiros, ou seja, sua relação com familiares. Relacionando com a teoria de Castel, as crianças já se encontram em uma zona de vulnerabilidade, justamente por serem considerados indigentes inaptos ao trabalho, porém, ainda assim tem nível relacional significativo, caso contrário, a criança é vista em zona de desfiliação, pois não terá nenhum dos níveis (CASTEL, 1991).

A Convenção Internacional dos direitos da Criança e do Adolescente estabelece que a criança e o adolescente sejam prioridades absolutas para o estado, exposto na Constituição Federal de 1988, no art.227º, tratando do dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente, o jovem e o idoso (BRASIL, 1988):

[...] com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988, Art 227º p. s/n)

Pela Constituição Federal estabelecida em 1988, a partir de movimentos sociais que reivindicavam direitos específicos para esta população, o Estatuto da Criança e do Adolescente surge em 1990, sendo considerada uma política revolucionária, no momento em que rompe com o conservadorismo injusto do “menor”. Pois, até 1989 vigorava o “Código de Menores”, onde a criança e o adolescente eram objetos de direito, diferente de hoje, que são pessoas sujeitos de direitos e deveres (GONTIJO, 2009).

A criança tem seus direitos de liberdade amparados no Art. 16 do próprio Estatuto compreendendo diversos aspectos, livre acesso em locais públicos salvo restrições específicas de idade, liberdade de brincar, se expressar, busca de refúgio, auxílio e orientação e ainda de acordo com o Art. 19 da ECA, a criança tem direito de ser criada em convívio familiar e na comunidade, ou seja, em ambiente com interação social constantemente no decorrer do seu crescimento.

Algumas abordagens teóricas apontam que o desenvolvimento infantil pode sofrer influências de acordo com as condições do ambiente. Entende-se que há vários fatores que agem para facilitar ou interferir o desenvolvimento, dentre eles o ambiente e os fatores decorrentes dele. De acordo com OLIVEIRA (1997) que propõe a partir de Vygotsky, com suas suposições sócio-interacionistas, se direciona a procura de explicações sobre os meios através dos quais as relações atuais do indivíduo com o meio social tomam parte na construção do conhecimento. Vygotsky diz que a relação sujeito e meio é mediada pelo outro, pela linguagem, pela cultura. Sendo assim o meio (físico e sociocultural) é constitutivo do ser humano (OLIVEIRA, 2008), ou melhor, Vygotsky defende o desenvolvimento humano através da interação social, o homem é transformado, passa de ser biológico para ser social. A relação do homem com o mundo, não é apenas direta, sendo mediada a relação entre sujeito e mundo.

Na teoria de Vygotsky, o meio social é uma importante fonte de desenvolvimento e fundamental, para oferecer experiências e aprendizagens resultantes da interação pela criança com outro, relação a qual se amplia e se modifica num processo de construção e reconstrução de pensamentos. Para o mesmo, o ser humano é considerado um ser ativo, que seu processo de desenvolvimento constitui-se da interação sócio-histórico-cultural (OLIVEIRA, 2008). Isto é, fatores internos e externos influenciam o desenvolvimento da criança em um território

peculiar, um dos pontos que sua teoria traz é que através deste contato com o meio/ ambiente/ território são criados conceitos da vida social pelo meio da internalização e mediação.

A internalização seria um processo externo com os objetos que o sujeito entra em interação para construção de conceitos, contribuições importantes para a formação de consciência. Os instrumentos de mediação são uma fonte de desenvolvimento e também de reorganização do funcionamento psicológico global. A partir disso, tem-se que o conhecimento na perspectiva histórico-cultural de Vygotsky é uma produção social que emerge da atividade humana, que é social, planejada, organizada em ações e operações e socializada (PINO, 2001).

Para uma melhor relação da teoria de Vygotsky com o desenvolvimento, é importante o conhecimento sobre o meio em que o sujeito está, podendo ser destacadas as relações existentes e o território com suas características influenciadoras para o desenvolvimento e construção de opiniões. De acordo com Raffestin (1993), o território é uma construção conceitual a partir da noção de espaço. O espaço seria a condição de matéria prima natural e um produto resultante da moldagem pela ação social dessa base. E o território, um local, passível de "uma formalização e/ou quantificação". Assim:

"[...] a produção de um espaço, o território nacional, espaço físico, delimitado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam: rodovias, canais, estradas de ferro, circuitos comerciais e bancários, autoestradas, e rotas aéreas, etc." (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

O espaço é o lugar em si o qual constrói ou transforma conceitos a partir da vivência de cada espaço. Ele é responsável por formar o ser e definir o sujeito social. De acordo com SANTOS (2007), o valor do indivíduo depende do lugar onde está, ou seja, o contexto social, econômico e cultural influencia na construção do sujeito. A existência de uma rede urbana ou uma rede de serviços não é real para todos, existem sujeitos que não estão incluídos nesses recursos oferecidos, o que definem cidadãos diminuídos ou incompletos. Entretanto as condições existentes na região em que se habitam determinam a desigualdade no valor da pessoa, onde o homem passa a viver em função do lugar onde vive.

O presente estudo tem como objetivo entender a visão das mães sobre o desenvolvimento de crianças a partir do território e condições sociais vividas no Sol Nascente, a partir da caracterização do perfil do território onde reside o público alvo do estudo, seguinte da obtenção de informações sobre o desenvolvimento dessas crianças a partir dos relatos de suas

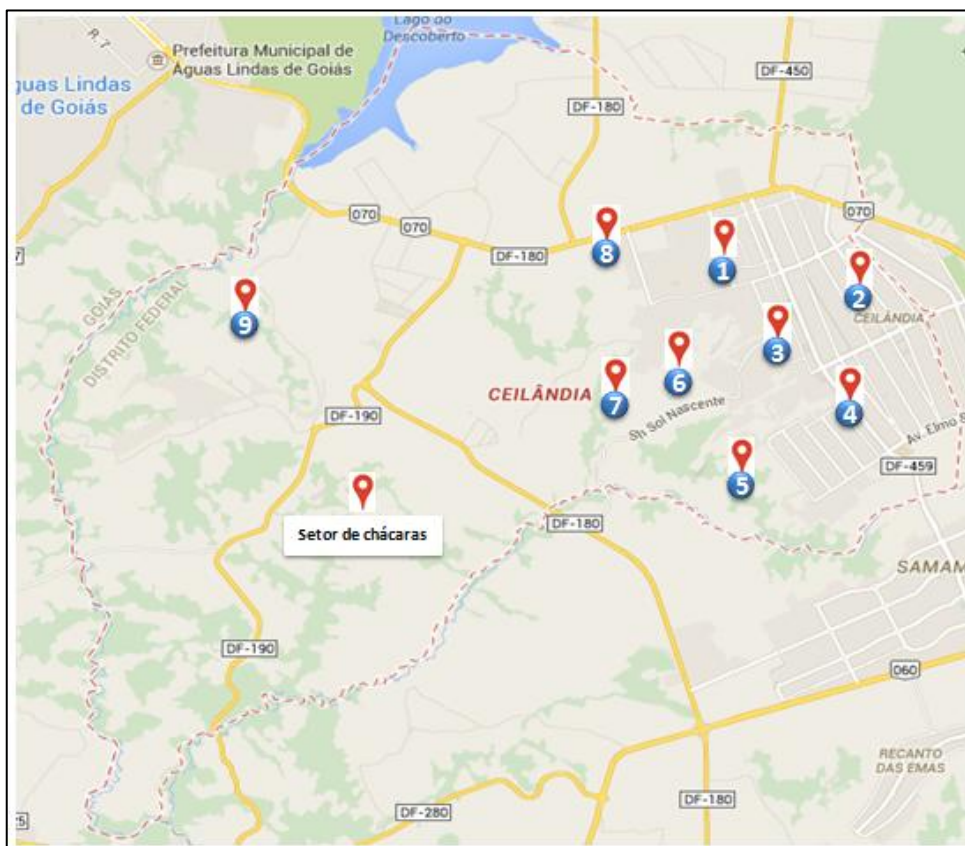
mães, e por fim identificar as existentes relações do desenvolvimento da criança com a situação social vulnerável, para reflexões futuras.

2. METODOLOGIA

Este estudo preconiza uma metodologia qualitativa, o qual apresenta uma abordagem de investigação que emprega diferentes concepções filosóficas, estratégias de investigação, análise e interpretação dos dados, com base em dados de textos e imagens. A observação do cenário dos procedimentos qualitativos mostram diversas perspectivas. (CRESWELL, 2010)

O estudo foi realizado na Região Administrativa de Ceilândia, caracterizado como uma região periférica e bastante populosa do Distrito Federal. A população urbana da Ceilândia foi estimada, no ano de 2013, em 449.592 habitantes. Atualmente, Ceilândia possui uma área urbana de 29,10 Km² (DISTRITO FEDERAL, 2013) e está subdividida em setores como apresentado na Figura 1:

Figura 1: Mapa representando a Região Administrativa Ceilândia



Legenda:

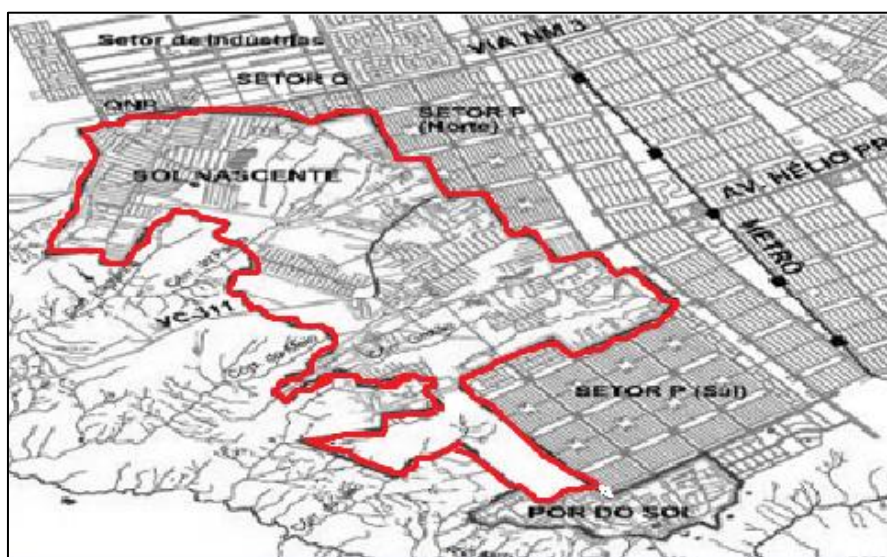
- 1- Ceilândia Norte (incluindo Setor O, Expansão do Setor O, QNQ e QNR)
- 2- Setor de Indústria e de Materiais de Construção
- 3- Ceilândia Centro
- 4- Ceilândia Sul
- 5- P Sul
- 6- P Norte
- 7- Sol Nascente (área bem próxima ao Pôr do Sol)
- 8- Setor Privê
- 9- INCRA

FIGURA 1: Mapa indicando as regiões Ceilândia Centro, Ceilândia Sul, Ceilândia Norte, P Sul, P Norte, SetorO, Expansão do Setor O, QNQ, QNR, Setores de Indústria e de Materiais de Construção e parte do INCRA (área rural da região administrativa), setor Privê, e condomínios que estão em fase de legalização como o Pôr do Sol e Sol Nascente. A Região Administrativa IX está situada a 26 quilômetros da RA I – Brasília (DISTRITO FEDERAL, 2013). (FONTE: Google Maps).

A cidade de Ceilândia surgiu em decorrência da Campanha de Erradicação de Favelas – CEI, o qual foi o primeiro projeto de erradicação de favelas realizado no Distrito Federal pelo governo local. A chegada constante de novos migrantes ao Distrito Federal e a criação do Programa Habitacional da Sociedade de Habitação de Interesse Social - SHIS levaram o governo a criar outras áreas em Ceilândia, o que foi dando origem a novos setores e com o passar do tempo a Região foi se expandindo (DISTRITO FEDERAL, 2013).

O território, especificamente, escolhido para abordagem deste estudo é a região do Sol Nascente, mostrado como item 7 da figura 1. O Sol Nascente possui 78.912 habitantes, segundo dados da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), apresenta crescimento de 7,6% desde 2011 e possuem população predominante jovem, com 30% de crianças e apenas 4,8% de idosos (DISTRITO FEDERAL, 2013).

Figura 2: Território do Sol Nascente representado em destaque.



Com base no estudo de levantamento de dados da Codeplan, a região apresenta um dos piores índices de infraestrutura, somente 6,1% dos 20.686 domicílios são ligados à rede de esgotos e 54,15% não têm acesso à coleta de lixo, ou seja, mais da metade da população não contam com o serviço urbano para o descarte apropriado dos sobejos. A renda domiciliar média é de R\$1.833, tendo apresentado evolução na relação per capita de 7,24% na comparação com a apurada em 2011. Os dados trazem índices surpreendentes sobre a posse de bens na localidade, como por exemplo, automóveis, existentes em 48,59% dos domicílios (pelo menos um) (DISTRITO FEDERAL, 2013).

O Sol Nascente possui uma migração para seu território sendo, 76,12% dos moradores são da própria Ceilândia, seguidos de Taguatinga, com 8,9%, e Samambaia 4,05%, por se tratar de um território não regulamentado, iniciado por invasões, o número de migrantes é bastante alto. No nível de escolaridade, predomina o ensino fundamental incompleto (45,15%). Houve leve acréscimo de pessoas com ensino superior completo, incluindo especialização, mestrado e doutorado, passando de 1,42%, em 2011, para 1,79%, em 2013. Do total de estudantes da localidade, 89,69% utilizam as escolas da Ceilândia, seguido de Taguatinga com 6,88%, segundo a Codeplan (DISTRITO FEDERAL, 2013).

Pela experiência vivida no território de pesquisa, através do Projeto de Extensão- SAÚDE INTEGRAL¹, realizado pela Universidade de Brasília, partiu-se a ideia para estudo. Criou-se um vínculo com a comunidade, com visitas domiciliares em prol de atender demandas sociais e de saúde da população. A partir disso foi pactuado juntamente com a líder comunitária da região, o convite para mães de residências próximas a participar do grupo pré-estabelecido para pesquisa, onde se reuniriam na casa da própria líder que ofereceu o espaço.

As participantes, do grupo para pesquisa, deveriam ser mulheres, sem faixa etária determinada, pois o fator não é algo condizente para requisito da pesquisa, desde que sejam mães de crianças e/ou jovens que cresceram e residiram no Sol Nascente. Incluem-se nesse grupo, mães adotivas e avós que representasse uma figura materna para seus netos.

Quanto aos procedimentos éticos da pesquisa, as participantes assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE B), o qual detalha sobre o objetivo do estudo e disponibiliza contato do responsável pela pesquisa, deixando-se a disposição para qualquer tipo de esclarecimento. Foram preservadas todas as informações pessoais das participantes, não as oferecendo nenhum risco quanto à exposição de dados comprometedores a sua imagem e sua segurança.

O instrumento utilizado na pesquisa foi um roteiro semiestruturado, com a finalidade de caracterizar o contexto vivido pelas famílias, as condições sociais, a estrutura onde elas residem, a situação socioeconômica, o seu acesso aos dispositivos de cultura, lazer, educação e esporte, além da rotina familiar, desempenho escolar e interação social de seus filhos. Os

¹ PROJETO SAÚDE INTEGRAL: projeto de extensão em parceria com a Igreja Presbiteriana de Brasília, leva educação e promoção da saúde por meio de apoio terapêutico e espiritual e reforço escolar a famílias de baixa renda do Distrito Federal. Participam estudantes da UnB dos cursos de odontologia, nutrição, medicina, biologia, pedagogia, educação física, terapia ocupacional e enfermagem. As visitas são realizadas sextas e sábados e já alcançaram cidades como Santa Maria, Estrutural, Itapoã e Ceilândia (DISTRITO FEDERAL, 2014).

temas pré-estabelecidos foram necessários para guiar a discussão do grupo e levantar informações relevantes para o estudo. (APÊNDICE A)

A Pesquisa foi realizada a partir de um grupo focal, cujo se define em um grupo onde são debatidos temas em particular, gerando um debate, através de estímulos relacionados aos assuntos propostos para discussão. Essa técnica de pesquisa propõe uma interação dos participantes, favorecendo um espaço de trocas, descobertas e participações comprometidas, podendo assim as respostas serem respondidas por meio de um grupo ao invés de individualmente. Oportuniza a interpretação de crenças, valores, conceitos, conflitos, confrontos e ponto de vista (RESSEL et.al. 2008).

O Grupo foi realizado com cinco mães do território, foram abordados temas contidos no APÊNDICE B, tratando de pontos contribuintes para o desenvolvimento de suas crianças, além de relatos sobre as dificuldades enfrentadas pelas famílias que pode influenciar no crescimento de seus filhos. Também foram provocadas a levantarem sugestões como forma de proporcionar ideias para solucionar ou amenizar os problemas vivenciados pelas mesmas.

Após a transcrição da gravação realizada na roda de conversa, a análise de dados foi feita por meio do método de Frigotto (1987), chamado de método de dialética materialista histórica, o qual está ligado a uma concepção de realidade, de mundo e de vida no seu conjunto mediando o processo de aprender, revelar e expor a estrutura, o desenvolvimento e a transformação dos fenômenos sociais, rompendo com o modo de pensar pela ideologia predominante (FRIGOTTO, 1987). O fundamental é que o conhecimento crítico adquirido transforme a realidade anterior, tanto que a reflexão teórica sobre a realidade se aplica a ação de transformar.

Ao final do processo de investigação, foi necessária a representação dos dados a partir de uma reflexão sobre o que se tem de relato com o conhecimento histórico em contato, até porque a representação do caráter histórico do fato traz toda a relatividade do conhecimento histórico-social. Este momento traz uma reflexão da perspectiva por uma postura de transformação da realidade.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para o acontecimento da roda de conversa, foi preciso articular o encontro com a líder comunitária do território, bastante conhecida pela equipe do Projeto Saúde Integral. A mesma é a principal responsável pela comunicação com a comunidade, é através dela que ocorrem as visitas nas casas dos moradores, de acordo com as necessidades levantadas. Então, a partir

disso, foi realizado o encontro, com cinco mães moradoras do Sol Nascente. Esse por sinal, ocorreu na casa cedida pela Líder comunitária.

Para melhor desenvolver a discussão entre elas, foram feitos sorteios de temas para maior organização das perguntas. Os temas foram: território, família, relação mãe-filho, renda, rotina do filho, escola, relação filho-escola, desempenho escolar, sugestões e dificuldades de acordo com as perguntas norteadoras contidas no Apêndice B. A partir do sorteio, as discussões e exposições de situações vividas foram surgindo nas falas das participantes.

Após apresentação da proposta de pesquisa e procedimentos éticos, levantou-se uma breve caracterização das mães, representado no quadro abaixo:

Quadro 1: Informações das participantes do estudo.

PARTICIPANTE	IDADE	OCUPAÇÃO	FILHOS
Rosa	31 anos	Catadora de materiais recicláveis	2 crianças, 2 adolescentes
Vilma	33 anos	Catadora de materiais recicláveis	2 crianças e 6 adolescentes
Elda	43 anos	Diarista	2 crianças, 2 adolescentes
Vânia	58 anos	Dona de casa	2 adultos e 2 adolescentes e 2 netos
Inês	47 anos	Dona de casa	3 adolescentes e 1 adulto

O quadro é representado por nomes fictícios das mães, ilustra a realidade de cada uma delas. Duas são donas de casa e se dedicam aos serviços domésticos, filhos e companheiro, as outras além de realizarem as tarefas domésticas e cuidados com os filhos, trabalham como autônomas, duas recolhendo materiais recicláveis e uma fazendo serviço de limpeza em casa de conhecidos, pois geralmente leva as crianças junto por não ter com quem deixá-las. Justifica-se as exceções, a quarta mãe (Vânia) possui filhos todos acima de 11 anos, porém é responsável por cuidar e criar dois netos que moram em sua casa junto com os pais, diz possuir uma relação maternal entre eles, já que assumiu todas as responsabilidades sobre as

crianças. A quinta mãe Inês, não tem crianças em casa, entretanto, seus filhos cresceram no local em pesquisa.

Com relação à composição familiar e ao convívio entre os membros relataram que moram a maioria no mesmo espaço, que a relação é boa entre mãe e filho e entre os irmãos, porém duas mães relataram que a relação entre casal é bastante conturbada, por envolver o consumo excessivo de álcool e brigas constantes. Os exemplos a seguir mostram duas realidades familiares das participantes:

[...]Moram 6 pessoas na casa, relação entre os filhos com os pais são boas, agora entre o casal é difícil, pois o meu marido bebe muito, e tem muita briga entre nós. (Rosa)

“[...]Moramos todos juntos. Meu esposo trabalha o dia todo, parou de beber e de fumar, eu passo o dia com as crianças e faço faxina as vezes em casa de conhecidos quando posso levá-las [...]” (Elda)

O pai sustenta a casa é o único que possui vínculo empregatício com o mundo do trabalho. A mãe fica em casa cuidando dos filhos e dos trabalhos domésticos, exerce por ventura, atividades financeiras necessitadas. Os adultos da família têm papéis exemplares para as crianças. Família unida, sem conflitos, esperando de forma confiante a chegada do futuro, este é o modelo dominante e representativo da família. Mello (1992) diz que o modelo de família monogâmica é visto como uma organização familiar padronizada, ideal e ideológico, de forma certa, bonita e desejável, onde qualquer núcleo familiar que foge do padrão seja considerado uma quebra de normalidade, ofendendo os preceitos interiorizados pelos indivíduos, de maneira a se tornar fundamentos dominantes do sujeito, a partir de propriedades negativas e estigmatizantes. É preciso ver as famílias como são e não como elas deveriam ser, se libertando de todos os preconceitos relacionados à família tida como padrão interiorizada durante todo processo de socialização.

Para este processo é preciso apurar as relações que o individuo possui em casa com sua família, com o ente mais próximo, como segue a fala de uma das mães:

[...] A convivência que tenho com meus filhos é boa, pela vida que a gente leva aqui eu aprendi a ser maleável. Meu filho adotivo é meio arisco então eu tive que me adaptar ao jeito dele para uma boa relação. Meus filhos passam o dia

estudando e trabalhando e chegam estressados, eu sempre procuro fazer o que eles gostam e sempre procuro está calma e preparada para recebê-los. Eu converso mais com meu filho mais velho, ele é uma pessoa muito aberta, a gente conversa sobre tudo [...](Inês)

*[...]Eu tive muito trabalho com meu marido que sempre bebeu muito, então eu não tive tempo pra construir uma relação de conversa com meus filhos [...]
(Vânia)*

A partir da fala da primeira mãe, é possível observar o cuidado que existe quanto ao estado emocional de seus filhos, pois a mesma exerce todos os esforços para que sua relação não seja abalada pelo estresse passado por seus filhos no dia a dia. A relação entre mãe e filho é importante para uma boa comunicação no processo de desenvolvimento do sujeito, funciona como um forte apoio para o esclarecimento de novas experiências e direcionamento das ações e decisões que se seguem. Mesmo com o modelo estigmatizado de núcleo familiar, há um aspecto importante que deve ser levado em consideração, a família como um padrão de relações (MELLO, 1992). Os laços afetivos são existentes na mais extrema pobreza, não deve-se esquecer de que indivíduos que vivem nessas condições sociais, antes de ser classificado como “pobres” ou outros rótulos pertinentes da sociedade, eles são seres humanos, os quais são providos de sentimentos, também vivem de forma afetiva com seus filhos, o que importa é que mesmo vivendo em condições sociais desfavoráveis e enfrentando tantas dificuldades, o que constitui a socialização da criança e do jovem é a qualidade da relação que os pais e adultos que representam papéis importantes na vida, tem para oferecer. A segunda mãe relata não ter existido uma relação muito afetiva com seus filhos pelo fator perturbador que atrapalhasse esse contato, seu marido (pai de seus filhos) se embriagava constantemente e sempre era ameaçado de perder o emprego por suas irresponsabilidades, isso desencadeava ações de cuidado de Vânia com o seu marido, levando ao esquecimento do vínculo com seus filhos, que deixou de ser fortalecido. A família ideal, padronizada e idealizada pode ser considerada inalcançável, apenas um modelo inspirador, com um maior peso de definição para apenas uma fonte de desqualificação as famílias reais (MELLO, 1992).

Um próximo tema a ser apresentado é relacionado à maneira que essas famílias desenvolvem para gerir recursos financeiros para suprir ao menos o mínimo de suas necessidades. Como apresentado no quadro 1, nem todas as mães exercem atividades remuneradas, alguns de seus recursos financeiros provém de benefícios sociais,

principalmente do Bolsa Família, o programa é instituído pela Lei 10.836, regulamentada pelo decreto nº 5.529/2004, é feito uma transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. O Bolsa Família possui três eixos principais: a transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; e as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade. (BRASIL, 2014) O valor repassado depende do tamanho da família, da idade dos seus membros e da sua renda. Há benefícios específicos para famílias com crianças, jovens até 17 anos, gestantes e mães que amamentam. Das participantes do estudo apenas uma (Vânia) não necessita do benefício, pelo fato do seu marido ser funcionário público, diz que a renda é suficiente para a família. A Mãe Rosa também não é contemplada pelo benefício, relata já ter iniciado pedido para o recurso, porém, ainda passa por muita burocracia e narra as dificuldades com todo este processo, por isso ainda está aguardando resultado. Enquanto isso as outras três mães do estudo, contam com o Bolsa Família, o qual representa grande ajuda para o desfrute dessas famílias, baseado nos relatos seguintes:

[...] Eu recebo bolsa dos meus quatro filhos, e fora isso trabalho com reciclagem, mas mesmo assim nem sempre dá pra passar o mês [...] (Rosa)

[...]Eu recebo o bolsa família de três crianças que pra mim é uma benção, mas mesmo assim não é suficiente, eu trabalho com reciclagem, então eu lucro com que acho e nem sempre consigo muito material[...] (Vilma)

Apesar dos benefícios sociais existirem e contemplarem essas famílias, ainda assim passam por dificuldades financeiras, situações que impulsionam estas mães a pensarem em alternativas para conseguirem suprir as demandas necessárias de suas famílias. Exercem atividades informais como apoio a renda mensal de casa. O seguinte exemplo trata de uma mãe que se organizou de acordo com os desafios enfrentados:

[...] Se acabar a luz, acendo uma vela. Se faltar gás, cozinho em fogão a lenha, pois já passei 10 dias sem gás, sem problemas. Água no setor que moro já tem. No mês em que estamos mais apertados, faço minhas faxinas para ajudar meu marido, e sempre compramos frutas e verduras na feira, por ser mais barato [...] (Elda)

A fala descreve as estratégias que Elda adotou para diminuir os gastos e sobreviver com sua família. Incorporou um novo estilo de vida devido às necessidades enfrentadas, se viu em uma situação precária com seus filhos e esposo, dificuldades enfrentadas por ela e pelas outras mães participantes da pesquisa. Famílias que são reais, composta por membros que vivem vidas reais e não fictícias.

Outro ponto relevante para este estudo são as contribuições que o ambiente traz para o desenvolvimento do sujeito. Há vários fatores que agem para facilitar ou contrariar o desenvolvimento, dentre eles, o ambiente e os fatores recorrentes dele. A relação criança-ambiente tem como ponto chave o desenvolvimento infantil, partindo da conceituação de que ambiente é um conjunto de fatores que influenciam a vida social, cultural e moral, todos importantes no processo de aprendizagem, levando independência na realização de atividades do indivíduo (NASCIMENTO E ORTH, 2008). De fato, grande parte do comportamento do ser humano envolve a interação com o espaço, ambiente familiar como já discutido, ambiente escolar e o próprio território em que habitam, exercem importantes ações sobre o comportamento das crianças e jovens até sua vida adulta.

O tema a seguir questiona as participantes sobre a percepção do território em que habitam:

[...] Aqui é um local muito bom pra se morar e pra quem sabe viver e conviver com as pessoas [...] (Vilma)

[...]O local influencia muito as oportunidades do jovem estudar e arrumar emprego, sofrem muito preconceito pelo fato de morarem aqui, são associados a outros grupos [...] (Inês)

As mães trazem suas percepções através de experiências vividas pelos seus filhos, a primeira fala, conta com uma condição de sobrevivência e convivência da participante. Para SANTOS (2007), existe uma rede urbana, ou seja, um sistema de cidades, onde acomete um significado decorrente a posição financeira do sujeito. Os recursos que a rede urbana oferece, nem sempre é a rede de serviços existente para todos, os que não são atingidos por esses serviços, são considerados cidadãos diminuídos ou incompletos. Essas condições determinam a desigualdade no valor de cada pessoa, essas distorções contribuem para que o homem passe a ser definido em valor do lugar onde vive. A localização das pessoas no território é na maioria das vezes, resultado de forças econômicas e decisões governamentais. Os indivíduos

atingidos fazem migrações forçadas e por consequência podem levar também a uma localização forçada decorrente das forças já citadas, gerando assim, contribuintes para a pobreza, e conseqüentemente levam aos fatores discriminantes sociais.

Um presente estigma sobre a periferia é a violência do local, pensamento este que acaba por se concretizar no território, envolvendo principalmente jovens que aliciam crianças para a participação dessas práticas. Fato que influencia negativamente a rotina das crianças e jovens, quanto ao espaço de lazer e o desenvolvimento social através da interação com o outro. Pontos conclusivos a partir da fala das participantes quanto à rotina dos seus filhos e a espaço em que brincam:

[...]Meus filhos brincam durante o dia, em casa mesmo, porque aqui não tem nada para criança. Hoje, elas estão sendo “aviãozinho”, passam e usam drogas. No final da tarde tem um jovem em cada esquina passando droga [...](Elda)

[...] Meu sobrinho, criança especial, toma remédio tarja preta, estava brincado na rua com os colegas e deram droga para ele, foi preciso chamar a ambulância porque ele ficou louco [...](Elda)

[...] O filho da minha vizinha tem 12 anos e está perdido nas drogas, uma criança! Se meu filho chegar em casa com dinheiro ou com um carrinho eu vou querer saber como ele arrumou, se nem eu e nem o pai dele deu, então quem deu? Começa por ai [...](Elda)

[...] O caminho pra escola é perigoso, mas eles já estão cientes, não conversar com ninguém na rua e o caminho é de casa pra escola e da escola pra casa [...](Vilma)

Os exemplos citados pelas mães foram o que levaram a adotarem providências de novas adaptações do lazer de seus filhos, uma liberdade limitada recorrente aos riscos oferecidos pelo local habitado, reforçado também pelo conhecimento do ocorrido com outros jovens. Incorporando a sensação de prevenção quanto à inserção de seus filhos no campo violento. Situação como essas aqui descritas não podem receber a total responsabilidade do território, Melo (1992) traz uma visão diante da estrutura familiar, voltando um pouco à discussão do tema, ainda há existência de modelos idealizadores estabelecidos pela história da sociedade. Surge a partir disso, a desorganização familiar, que não atende ao modelo padrão, esse fator

aparece como fonte da violência e da marginalização dos jovens, ruptura da infância, e é considerada responsável pelo fracasso da educação e ensinamentos da moral do sujeito para convívio social. (MELLO, 1992) Quanto maior for à distância da estrutura familiar real para estrutura padrão, maior seria considerado o risco da instabilidade desse núcleo familiar.

Outro tema considerado importante na vida das crianças e dos jovens é a escola, a qual é avaliada como um apoio primordial no desenvolvimento destes. A escola exerce um grande papel na vida de uma criança, é através dela que são formados cidadãos, a escola é precursora dos ensinamentos de convivência, além de desenvolver e estimular todo processo cognitivo do ser humano, ela também é um excelente ambiente em que a criança socializa com outras crianças. Esses resultados podem ser obtidos com maior êxito quando se tem um apoio familiar e uma comunicação existente entre escola-sujeito-família, promovendo sucesso neste processo e oportunizando futuramente o jovem a ingressar no mercado de trabalho com maior qualidade, o que geraria por consequência a melhora das condições sociais através da educação.

[...]Eu sempre estou conversando com a professora pra poder saber como ele está na escola. Ela estimula muito também, pois sempre manda livros pra ele ler.[...] (Vilma)

[...] Uma filha é muito inteligente, nunca reprovou e está na segunda fase das olimpíadas de matemática na escola, a outra, de 16 anos já reprovou quatro vezes e por isso tá fazendo o EJA² a noite.[...](Rosa)

O desempenho escolar das filhas de Rosa é bem distinto, o que leva ao questionamento do que pode ter sido diferente, já que são da mesma família, moram no mesmo ambiente, porém não se sabe se tiveram os mesmos professores. A comunicação entre a família com a escola torna-se essencial para o devido conhecimento de ambos os lados sobre o comportamento da criança ou do jovem. Pois devem ser levados em conta os fatores ambientais do aluno para poder compreender a maneira de agir e aprender. Muitos comportamentos e ações são vistos na escola e sofrem influências do local em que o indivíduo está inserido, o que deve ser incorporado e bem trabalhado pelo educador.

Diante de um olhar crítico das participantes, foi relatada a principal dificuldade enfrentada por seus filhos, a partir das perguntas norteadoras relacionadas ao tema:

² EJA: Educação de Jovens e Adultos

[...]A maior dificuldade é a insistência na educação, colocamos os filhos pra estudar, só que quando eles terminam o ensino médio, e querem fazer uma faculdade ou um curso, eles não tem a oportunidade, é difícil até pro primeiro emprego, eu tenho um filho que está nessa situação, não tá conseguindo emprego porque não tive condições para pagar um curso. O governo não oferece oportunidade pros jovens para conseguir emprego e continuar estudando [...]
(Vilma)

As situações se transformam dependendo de como são encaradas as condições de vida ou modos existenciais de diversos grupos sociais, para Castel (1993), são determinadas pela relação entre trabalho e inserção relacional. O trabalho se define, para os indivíduos, como referência econômica, psicológica, cultural e simbólica na estruturação de existências da configuração social. A busca pelo primeiro emprego é algo que vem sofrendo desvantagens desde a escola. A inserção relacional também define construção social do sujeito, é determinado pelos vínculos afetivos familiares e sociais, por pessoas próximas e por ser pertencente a um grupo social e conviver em comunidade. (GONTIJO, 2009)

Para o fechamento dos resultados aqui discutidos, as participantes trouxeram sugestões a partir de suas visões e experiências, ideias como espaço de lazer para as crianças, como quadra de esporte, parque e praça, melhoria do transporte para facilitar o acesso à escola e locais de destino, o reforço de policiamento na porta das escolas, como meio de intimidar os traficantes que abordam as crianças na saída do período de aula, a construção de um colégio de ensino médio, porque só tem um colégio rural que já existia há muitos anos, porém, só até o 4º ano, depois disso o jovem tem que estudar longe de casa, e por fim, o maior acesso à saúde, já que a população habitante não conta com um Centro de Saúde especificamente destinada ao atendimento da região. Estas ideias foram discutidas em roda com todas as participantes a partir da concepção de cada mãe.

Toda a trajetória e relatos aqui tratados foram aprofundados no público mais jovem, pois entende-se que compreendendo as condições vivenciadas enquanto crianças, podem trazer consequências refletidas para o jovem e logo mais para o adulto.

4. CONCLUSÃO

Levou-se em conta a compreensão que o sujeito tem sobre os aspectos de sua vida cotidiana. O cotidiano é considerado um importante foco dentro do campo social da Terapia Ocupacional, com o objetivo de definir características, problemas e necessidades concretas do indivíduo.

Tentou-se seguir uma linha de temas discutidos em campo para melhor demonstração das percepções de mães sobre as condições sociais e o desenvolvimento de seus filhos no território do Sol Nascente. Foi possível desenvolver uma discussão enriquecedora entre as moradoras do campo de pesquisa e o conhecimento da visão dessas mães sobre o assunto aqui trabalhado. É de forma, bastante valorizada o que essas mães trazem, onde as experiências vivenciadas originam em estratégias cabíveis como forma de compensar o que falta, em prol de suprir as necessidades de seus filhos presentes no seu cotidiano;

Para Santos (2013), morar na periferia é condenar-se duas vezes à pobreza, pelo fato de que a pobreza é gerada pelo modelo econômico existente no país, em que a desigualdade de recursos para parte da população é segmentada pelo mercado do trabalho e das classes sociais e a soma de conceitos pré-elaborados gerados pelo território. O fato é que todas as condições enfrentadas pelas famílias acarretam em influências no desenvolvimento das crianças, que sentem a resposta desses ocorridos através das dificuldades enfrentadas quando ainda pequenas ou/e futuramente quando jovens e adultas.

Apesar de toda a situação exposta, conclui-se que o território propriamente dito não é o principal causador de todos os problemas enfrentados, e sim o pensamento social que os habitantes e as pessoas externas do local adotam a partir de uma visão da periferia, de um ambiente desfavorecido de condições sociais condizentes ao desamparo do Estado, mas, ainda pior, marcado pelo pré-conceito e os julgamentos pré-formados da sociedade como um todo. Deve-se promover uma política redistributiva, na qual prevaleçam direitos sociais, visando com que as pessoas não sejam discriminadas em função do lugar onde vivem, não julga-las pelos componentes territoriais de onde residem (SANTOS, 2013). É de extrema urgência, uma reestruturação e valorização das definições de convivência social e respeito a todos que compõe uma sociedade/comunidade/população. Não existirão oportunidades enquanto houver bloqueio de novas lutas de rompimento ao diminutivo e ao aumentativo de poder. Precisa-se com certeza, de um olhar panorâmico sobre o futuro das crianças e jovens em vulnerabilidade, para uma construção de perspectivas positivas dos habitantes de uma periferia. O reforço de

redes de apoio a esse público seria uma estratégia cabível para o início da propagação das intervenções sugeridas. Ou seja, fortalecer as relações entre membros da família, mãe-filho, criança-escola, escola-família e entre moradores do local, estabelecendo uma melhor comunicação entre eles, acredita-se que assim, formaria uma base sólida para o crescimento destes.

5. REFERENCIAS

BRASIL. Constituição Federal da República Federativa do Brasil. Art. 227, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal nº 8.069/90. Ministério da Justiça, Brasília, DF, 1990.

BRASIL. Critério de Classificação Econômica. **Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa**. 2014

BRASIL, Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Bolsa Família. Brasília (DF), 2014. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>> Acesso em <Novembro de 2014>

CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e mistos; **Tradução Magda Lopes**. 3ª edição. Porto Alegre. Aritmed, 2010.

CASTEL. Robert. A Indigência à Exclusão, a Desfiliação: Precariedade do Trabalho e Vulnerabilidade Relacional. In. Lancetti, Antonio. **Rev. Saúdeloucura**, 4. São Paulo, HUCITEC, p.21-48, 1993.

DISTRITO FEDERAL. Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – Pôr do Sol e Sol Nascente – PDAD. **Companhia de Planejamento do Distrito Federal**. Distrito Federal, Setembro de 2013.

DISTRITO FEDERAL. Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios –Ceilândia – PDAD. **Companhia de Planejamento do Distrito Federal**. Distrito Federal, Setembro de 2013.

DISTRITO FEDERAL. Universidade de Brasília, 2014. Disponível em <http://www.unb.br/servicos/para_a_comunidade/saude> Acesso em: <Setembro de 2014>.

DISTRITO FEDERAL. Programa do Governo, 2014. Disponível: <<http://www.programadogoverno.org/>> Acesso em: <Setembro de 2014>

DISTRITO FEDERAL. Programa do Governo, 2014. Disponível em: <<http://www.programadogoverno.org/bolsa-escola-do-governo/>> Acesso em < Novembro, 2014>

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: Fazenda, I. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1987.

GONTIJO, Daniela. MEDEIROS, Marcelo. Crianças e adolescentes de rua: contribuições para a compreensão dos processos de vulnerabilidade e desfiliação social. **Rev. Ciência e Saúde Coletiva**. Uberaba (MG). V.14, n.2, p.467-475, 2009.

Grupo de Estudo Sobre a Construção Democrática. Esfera Pública e Democracia no Brasil. **Revista Ideias**. Campina 5 (2)/ 6 (1), 1998-1999.

HÖFLING, E.M. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos Cedes**, V. 21, nº 55, novembro/2001.

IBGE. Síntese de Indicadores Sociais. Uma análise das condições de vida da população brasileira. **Rev. Estudos e Pesquisas- Informação Demográfica e socioeconômica**. RJ, n. 32. Cp.5. 2013.

MELLO, Sylvia Leser de. Classes populares, família e preconceito. **Rev. Psicologia USP**. São Paulo. V. 3, n.2, p.123-130, 1992.

NASCIMENTO, G. S. e ORTH, M. R. B. A influência dos fatores ambientais no Desenvolvimento Infantil. **Revista de Ciências Humanas**. Rio Grande do Sul, v.9, n.13, 2008.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Vygotsky: Aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico**. V.4. Ed São Paulo: Scipione, 1997.

PINO, A. O biológico e o cultural nos processos cognitivos. In: MORTIMER, E.F.; SMOLKA, A.L.B. (Org.). **Linguagem, cultura e cognição: reflexões para o ensino e a sala de aula**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 21-50.

PNUD. Relatório do Desenvolvimento Humano. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. 2014.

RESSEL, Lúcia Beatriz. BECK, Carmem Lúcia Colomé. GUALDA, Dulce Maria Rosa. HOFFMANM, Izabel Cristina. SILVA, Rosângela Maria, SEHNEM, Graciela Dutra. O uso do grupo focal em pesquisa qualitativa. **Rev. Texto Contexto Enferm**. Florianópolis. Out-Dez; V.17, n.4, p. 779-86, 2008.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática. 1993

SANTOS, Carlos. TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE. **Revista zona de impacto**. Vol. 13; Setembro/Dezembro, ano 2009.

SANTOS, Milton. O Espaço da Cidadania e Outras Reflexões. Brasília: **Fundação Ulysses Guimarães**, 2013. V.13, p. 226.

TEDESCO, Solange. LIBERMAN, Flávia. O que fazemos quando falamos em Vulnerabilidade? **Rev. O mundo da Saúde**. São Paulo. V.32, n. 2, p. 254-260, abr/jun. 2008.

VYGOSTSKY, L. S. Sobre os sistemas psicológicos. In: **Teoria e método em psicologia**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Nome:

Idade:

Telefone:

Endereço:

Autorizo a Universidade de Brasília, por intermédio da Aluna **Letícia Alcântara Ribeiro**, devidamente assistida pelo seu orientador **Profº Rafael Garcia Barreiro**, a desenvolver a pesquisa intitulada “**A percepção de mães sobre as condições sociais e o desenvolvimento de seus filhos no território do Sol Nascente**”. Nestes termos, eu me comprometo a participar da roda de conversa e contribuir com as informações necessárias para a pesquisa que será gravada e posteriormente, transcritas. A pesquisa tem o objetivo de analisar o desenvolvimento de crianças a partir do território e condições sociais em que vivem com base nas informações dadas por suas mães.

Estou ciente que tenho a garantia de respostas a qualquer pergunta e esclarecimento de qualquer dúvida por parte dos pesquisadores supracitados, a qualquer tempo, quanto aos assuntos relacionados à pesquisa; e ainda, poderei retirar meu consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo, não acarretando nenhum dano a mim; que terei direito à privacidade, com a não divulgação de minha identidade (nomes e sobrenomes). Permito, através da assinatura do termo de consentimento, a utilização, por parte dos pesquisadores, dos resultados obtidos na pesquisa em congressos e publicações. Os dados e materiais utilizados na pesquisa ficarão sobre a guarda da pesquisadora.

Brasília, _____ de _____ de 2014.

ASSINATURA DO VOLUNTÁRIO

ASSINATURA DO PESQUISADOR

APÊNDICE A (entrevista)

Roteiro de entrevista semiestruturado para grupo de mães

- 1- **(Território)** Como é o lugar que você mora? Como são as ruas? As casas? Os comércios? Pode me falar algumas características desses lugares?
- 2- **(Família)** São quantas pessoas na sua casa? Como é o convívio entre vocês?
- 3- **(Relação mãe- filho)** Como é a sua relação com seu filho? Vocês conseguem conversar sobre tudo? Vocês conversam sobre o que fizeram durante o dia?
- 4- **(Renda)** A família conta com algum benefício social, ajuda do governo? O dinheiro que a família recebe dá pra pagar as contas, comprar alimentos e se manter no mês? Qual a maior dificuldade?
- 5- **(Rotina do filho)** O que seu filho faz durante o dia? Ele brinca onde? Com quem? Quando ele vai a escola? Faz alguma outra atividade além de ir ao colégio? Ele se dá bem com as outras crianças que moram próximas?
- 6- **(Escola)** E sobre a escola, é muito longe da sua casa? Como ele faz para chegar lá?
- 7- **(Relação filho-escola)** Como seu filho é na escola? Ele tem amigos? O que ele acha da professora e da escola? O que ele conta pra você sobre isso?
- 8- **(Desempenho escolar)** Seu filho está em qual ano/série? Já reprovou alguma vez? Como ele está este ano? Faz as tarefas? Estuda em casa? Está conseguindo passar nas provas? Ou tem dificuldade de aprender o que a professora passa em sala de aula? Ele comenta alguma coisa com a senhora? A professora já chegou a falar algo sobre isso com você?
- 9- **(Sugestões)** O que você acha que deve mudar aqui no local em que você mora? O que deve ser feito aqui para melhor crescimento do seu filho? O que precisa melhorar?
- 10- **(Dificuldades)** Qual a maior dificuldade enfrentada por você na criação do seu filho?